

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária do 1º Período Ordinário da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano dois mil e dezessete, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Francisco Azevedo Pereira, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Joanyr da Rocha Estumano, Joseane de Oliveira Seixas, Edivaldo Jorge Castro de Souza, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher e Rafael Tavares Costa. Ausentes as vereadoras: Carmela Lúcia Teixeira da Costa e Marta Monteiro Godinho, esta última com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciada. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário, que procedesse a leitura da ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Presidente determinou que o 1º Secretário, procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Pedido de licença, da vereadora Marta Godinho, solicita dois dias de licença nos dias 16 e 17 de maio do corrente mês, para tratamento de saúde; Projeto de Decreto Legislativo nº 001/17, da Comissão de Economia e Finanças, dispõe sobre a não aprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Oriximiná, referente ao exercício de 2004, de responsabilidade do ex-prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho, anexo ao Parecer nº 003/2017; Ofícios nrs. 130 a 141/17, expedidos ao Prefeito e a diversos; Convite da UFOPA; Ofício recebido da Sra. Sônia Maria Sarubbi e Ofício nº 234/17, recebido da Promotora de Justiça Agrária de Santarém. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores e vereadoras. Com a palavra a vereadora Ana Cleyde, após saudar os presentes disse que participou de uma reunião com o prefeito e a vereadora Josy, onde mostraram ao Gestor várias demandas, citou como exemplo a aprovação do projeto de lei de sua autoria que versa sobre a obrigatoriedade da caracterização dos taxis do Município de Oriximiná com adesivos laterais nas cores vermelho, azul e amarelo, bem como a numeração de controle dos permissionários, espera que seja sancionada pelo Prefeito que será de

suma importância para a classe dos taxistas de nosso município. Levou ainda o problema da ADEPARÁ, que não dispõe de funcionários suficiente para atender a demanda, uma vez que está terminando o prazo da vacina contra febre aftosa, o prefeito disponibilizou um servidor municipal, para ajudar no trabalho da ADEPARÁ. Continuando a nobre vereadora disse que estiveram também na rádio falando sobre as carteiras de trabalho, que após muitas insistências Oriximiná será contemplada com novecentas carteiras de trabalho, que vai minimizar o problema até a implantação do novo sistema em Oriximiná. Finalizou agradecendo o apoio que o presidente da Casa tem dado a todos os vereadores em viajarem a capital do estado em busca de melhorias em todos os aspectos, para o nosso município. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque reportou-se sobre o Parecer e o Projeto de decreto da comissão de economia, que recomenda aos vereadores a não aprovação da prestação de contas do ex-prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho, referente ao exercício de 2004. Acrescentou o Edil que durante seu mandato anterior esteve em Belém em busca dessas contas junto ao TCM, mas nunca conseguiu ter acesso as mesmas, sempre tinha uma desculpa, ou seja, estavam ganhando tempo para ser encaminhada a este Poder após treze anos, o que é lamentável. Finalizou o orador manifestando seu voto favorável ao projeto de decreto legislativo. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou-a a disposição dos Líderes Partidários. Ocupou a tribuna o vereador Zequinha Calderaro, para manifestar-se sobre o Parecer e o Projeto de decreto legislativo da comissão de economia que teve como relator o vereador Raimundo Tomé recomendando a não aprovação da prestação de contas do ex-prefeito Luiz Gonzaga referente ao ano de 2004. Lembrou o Edil dos vereadores daquela época, estando hoje somente o vereador Raimundo Tomé, que tem a oportunidade de ser o relator das mesmas. Continuando o orador citou os quatro itens que foram analisados pela 4ª controladoria do TCM, apontadas como falhas, as quais mesmo com defesa permaneceram, tais como: 1 – Remessa Intempestiva dos relatórios de Gestão Fiscal; 2- Apropriação dos encargos patronais; 3 – Despesa com combustível que ultrapassava a modalidade licitatória Carta Convite e o 4 – Ausência de Processos Licitatórios. Acrescentou o Edil que são itens considerados por lei irregulares como o fracionamento do combustível. Mas o TCM recomenda a aprovação das referidas contas. Lembrou ainda o orador que o TCM recomendava a não aprovação da prestação de contas do ex-prefeito Argemiro de Diniz e a Câmara votou pela aprovação. Hoje é inverso o TCM recomenda a aprovação das constas e os vereadores votam de acordo com a consciência de cada um. Disse ainda o orador que deixaria uma pergunta porque o TCM não analisou as irregularidades apontadas pela 4ª controladoria do Ministério Público Estadual. Finalizou o orador manifestando seu voto favorável ao projeto de decreto legislativo. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, primeiramente

agradeceu ao Presidente da Casa, pelo apoio dado aos vereadores se deslocarem até a capital do estado em buscar de melhorias para o nosso município. Continuando a nobre vereadora, falou sobre as carteiras de trabalho, que após muitas insistências o superintendente do Ministério do trabalho concedeu 900 carteiras para Oriximiná. Quanto a obra do hidroviário que tanto é questionada pela paralização, disse que conversou com o responsável do DNIT, onde ele informou que a obra não está paralisada, e sim está na fase naval, ou seja, são balsas flutuantes que está sendo confeccionadas em Óbidos, o que não podemos visualizar, depois que vem a parte de engenharia, onde vamos visualizar. Segundo o cidadão do DNIT, está prevista a inauguração do hidroviário para o mês de dezembro do ano em curso. Disse ainda a nobre vereadora que esteve também na secretaria de esporte estadual, solicitando que Oriximiná seja incluída para receber os jogos abertos, como também será implantado o mais rápido possível o Polo aquático no lago do Iripixi, o que trará inúmeros benefícios para o nosso município, principalmente para os jovens. Quanto o Parecer e o decreto Legislativo da comissão de economia, disse que em 2004 era servidora do setor de contabilidade da Prefeitura, onde realmente sempre existia o atraso da remessa de documentação ao TCM, mas logo era sanado o problema. Acha que o TCM como órgão fiscalizador deveria orientar essas questões. Lembrou a nobre vereadora que o TCM na legislatura passada recomendou a não aprovação da prestação de contas do ex-prefeito Argemiro Diniz, com as mesmas justificativas das contas do ex-prefeito Gonzaga que vai ser votada nesta sessão. E a Câmara aprovou as contas do ex-prefeito Argemiro. Em aparte o vereador Zequinha afirmou que votou contra o parecer prévio do TCM, que recomendava a aprovação da prestação de contas do ex-prefeito Argemiro Diniz. Continuando a vereadora Josy, disse que a própria Côrtes de Contas afirma que foi sanada as irregularidades, então não podemos ser contra ao parecer prévio. O vereador Raimundo Tomé disse que foi relator da referida prestação de contas de 2004, como também foi contador da prefeitura naquela época. Agora não acredita que houve falta de orientação ao gestor e sim autonomia, por querer se achar dono de Oriximiná e fazer o que achar melhor sem visar as consequências. Quanto o Parecer Prévio do TCM, disse que em 2013, o Ministério Público de Contas opinou pela emissão do Parecer pelas irregularidades das presentes contas. Em 2015 o Ministério Público se manifestou favorável com ressalvas, por contas da parte patronal que não foi contabilizada. Acrescentou ainda o nobre vereador que o ex-prefeito Luiz Gonzaga tinha mania de fazer o que bem entendia. Citou como exemplo quando ele quisesse deixar de fora da Câmara algum vereador ele conseguia. Assegurou o Edil que está fazendo a coisa certa, agora não vai pressionar nenhum vereador a votar favorável ao seu Projeto de Decreto Legislativo, agora vale ressaltar que não devemos fugir da nossa função e vereador, que é fiscalizar o executivo. Disse ainda que o seu

desejo é que essas contas fossem rejeitadas neste Poder, até porque o ex-prefeito Gonzaga agiu de má fé com a população oriximinaense, foi desleal com todos. Em aparte o vereador Arnaldo disse que podemos observar que existe algo errado no TCM, porque quando participou de uma reunião onde estava presente um conselheiro, estavam discutindo as contas do Argemiro Diniz, ele disse que o Argemiro era arrogante, não quis conversar com os conselheiros. Continuando o vereador Raimundo Tomé, afirmou está ciente do Parecer e do Projeto de decreto legislativo que emitiu sobre as referidas contas. Não havendo mais nenhum Líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a Sessão, para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/17, da Comissão de Economia e Finanças, dispõe sobre a não aprovação da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Oriximiná, referente ao exercício de 2004, de responsabilidade do ex-prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho, anexo ao Parecer nº 003/2017. Não havendo nenhum vereador que quisesse discutir, o Sr. Presidente deu início ao processo de votação, esclarecendo que, conforme dispõe o artigo 183, inciso IV do Regimento Interno da Casa, a votação do julgamento das Contas de prefeito será aberta, nominal em ordem alfabética. Assim prosseguiu a votação chamando nominalmente em ordem alfabética as senhoras vereadoras e os senhores vereadores, declararem seu voto a favor ou contra. Votaram contra o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/17, os vereadores Ana Cleyde, Antônio Odinélio Junior, Edivaldo Castro, Francisco Azevedo, Ivalter Barbosa, Joanyr Estumano, Josy Seixas, Marcelo Augusto, e Rafael Costa. Votaram a favor os vereadores: Arnaldo Gemaque, Zequinha Calderaro, Manoel José Malcher e Raimundo Tomé. Ausentes as vereadoras Marta Godinho e Carmela Lucia. Terminada a votação foi proclamado o seguinte resultado nove votos a contra o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/17, e quatro a favor, ficando aprovada a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Oriximiná, referente ao ano de 2004 de responsabilidade do Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, conforme o Parecer Prévio do TCM. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Zequinha Calderaro, solicitou ao Presidente da Casa que encaminhasse ao TCM o resultado da votação da referida prestação de contas obtida nesta sessão. O vereador Raimundo Tomé disse que tal resultado da votação demonstra a democracia que vivemos, onde cada um vota de acordo com sua consciência e sempre vence a maioria. A vereadora Josy Seixas disse concordar com as colocações do vereador Raimundo Tomé, em relação a democracia que vivemos. O vereador Arnaldo disse que o resultado desta votação mostra mais uma vez que o

ex-prefeito Luiz Gonzaga é bom de voto até na Câmara. O vereador Antônio Odinélio Junior, disse não concordar com as colocações do vereador Arnaldo, até porque vivemos numa democracia. Então devem ter cuidado no que se fala nesta Casa, sempre discutir dentro dos campos das ideias, sem causar desconforto aos demais colegas deste parlamento e nem querer jogar a população de encontro com os vereadores. O vereador Manoel Malcher, disse que se houve muito dos gestores das três esferas federal, estadual e municipal, de que não são sabedores do que acontecem em suas administrações, o que não concorda, pois eles têm que saber tudo que acontece em suas gestões, uma vez que foram eleitos pelo povo. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário